

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



COMUNIDADE RURAL DE CANDELA

Vs.

FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA

COMISSÃO

MEMORIAL DOS REPRESENTANTES DAS VÍTIMAS

2015

ÍNDICE

Abreviaturas	V
ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS	V
Sistema Universal dos Direitos Humanos (ONU).....	V
Organização dos Estados Americanos	VI
Corte Interamericana de Direitos Humanos	VI
Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos	XI
Comissão Interamericana de Direitos Humanos	XI
Corte Europeia de Direitos Humanos	XII
Instrumentos Jurídicos Internacionais	XII
Doutrinas.....	XIII
Exmo. Dr. Presidente da Colenda Corte Interamericana de Direitos Humanos	XII
1.DECLARAÇÃO DOS FATOS.....	Pg. 01
1.1 Da Federação de Clonalia	Pg. 01
1.2 Da República do Marsili.....	Pg. 01
1.3 Dos Fatos do Caso	Pg. 02

2.CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	Pg. 03
2.1 Competência	Pg. 03
2.2 Inexistência de Litispendência Internacional	Pg. 04
2.3 Da Tempestividade.....	Pg. 04
2.4 Do Esgotamento dos Recursos Internos	Pg. 04
3. A FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA VILOU OS ART. 4.1 E 5.1 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.....	Pg. 06
3.1 Da violação à Direito a Vida.....	Pg. 06
3.2 Da Violação à Integridade Pessoal.....	Pg. 08
4. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VILOU O ART. 7 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.....	Pg. 09
5. A FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA VILOU OS ART. 8 E 25 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.....	Pg. 11
6. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VILOU O ART. 13 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.....	Pg. 15
7. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VILOU O ART. 21, INTENS 1 E 2 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.....	Pg. 18
8. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VILOU O ART. 22 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.....	Pg. 20

9. A FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA VIOLOU O ART. 26 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH E O ART. 11 DO PROTOCOLO ADICIONAL DE SAN SALVADOR.....	Pg. 22
9.1 Da Violação Do Desenvolvimento Progressivo.....	Pg. 22
9.2 Da violação a um Meio Ambiente Sadio.....	Pg. 23
10. DOS PEDIDOS.....	Pg. 24

ABREVIATURAS:

Art.....Artigo

Arts.....Artigos

CADHConvenção Americana de Direitos Humanos

Corte Europeia.....Corte Europeia de Direitos Humanos

CIDHComissão Interamericana de Direitos Humanos

CONVENÇÃO AMERICANA Convenção Americana de Direitos Humanos

COMISSÃOComissão Interamericana de Direitos Humanos

CORTE IDHCorte Interamericana de Direitos Humanos

CORTE Corte Interamericana de Direitos Humanos

OEAOrganização dos Estados Americanos

ONUOrganização das Nações Unidas

PGPágina

Vs.Versus

§.....Parágrafo

ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS:

SISTEMA UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (ONU):

Caso Jonny Rubin Byahuranga Vs. Dinamarca, CCPR / C / 82 / D / 1222/2003, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, em setembro de 82 ° sessão de 18 outubro - 5 de novembro de 2004, §11.3. Caso Jama Warsame Vs. Canadá, CCPR / C / 102 / D / 1959/2010, o Comitê da ONU de Direitos Humanos, sessão 102 11-29 julho de 2011, §8.3.....Pg. 20

Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) – perguntas e respostas. Disponível em <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 21/01/2015.....Pg. 19

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS:

Resolução n. 1819, da Assembleia Geral da OEA, AG/RESOLUÇÃO 1819 (XXXI-O/01) - (5 de junho de 2001) reimpresso em Inter-Am. C.H.R.....Pg. 18

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS:

Caso “A última tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) Vs. Chile. Sentença de 5 de fevereiro de 2001. Série C No. 73 , p.29. §72.....Pg. 04

Caso Genie Lacayo Vs. Nicarágua. Sentença de 29 de janeiro de 1997. Série C No. 30. §94.
Caso Gomes Lund e outros Vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010 Série C No. 219.
Voto do Juiz Figueiredo Caldas.....Pg 05

Caso 11.773, S. Marzióni vs. Argentina. Informe individual 39/96, publicado no Informe Anual da CIDH (1996) OEA/Ser.L/V/II.95, pág. 89, § 51. INFORME do Presidente da Corte IDH durante a Assembleia Geral da OEA (Panamá, 5 de junho de 2007), pag.3, §8. Corte IDH. Caso Cinco Pensionistas Vs. Perú. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C No. 98Pg. 05

Corte IDH. Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México. Sentença de 26 de novembro de 2010. Série C. No. 220, § 16. Caso Acevedo Jaramillo y outros vs. Perú. Sentença de 24 de

novembro de 2006. Série C No. 157, § 66. Caso Zambrano Vélez y outros vs. Equador. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C No. 166, § 47. Caso Perozo y outros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C No. 195, § 64.....Pg. 06	
Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C. No. 214, §186. Caso de lós “Ninhos de la Calle” (Villagrán Morales y outros) Vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63,§144. Caso Montero Aranguren y outros (Retén de Catia) Vs. Venezuela. Sentença de 5 de julho de 2006, Série C. No. 150, § 63. Caso Zambrano Vélez y outros Vs. Equador. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C No. 166, § 78.....Pg. 06	
Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63,§144.....Pg. 06	
Caso Comunidade indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Sentença 7 de Janeiro de 2005.Série C No. 125, p.33. §162. Corte IDH. Caso "Instituto de Reeducação do Menor" Vs. Paraguai. Sentença de 2 de setembro de 2004. Série C No. 112, §156.....Pg. 08	
Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Sentença de 17 de setembro de 1997. Série C. No. 33, § 57.....Pg. 08	
Corte IDH. Caso Servellón Garcia VS. Honduras. Sentença de 21 de setembro de 2006. Série C. No. 152, §97. Caso Montero Aranguren y outros Vs Venezuela. Sentença de 5 de julho de 2006. Série C. No. 150,§ 85Pg. 08	
Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C. No. 149, §126.Pg 08	
Caso do Massacre de Ituango Vs. Colômbia. Sentença de 1º de julho de 2006. Série C. No. 148,§ 252.....Pg. 09	

Caso Tibi Vs. Equador. Sentença de 7 de setembro de 2004. Série C No. 114, § 14	Pg. 09
Caso Servellón García VS. Honduras. Sentença de 21 de setembro de 2006. Série C. No. 152, §97.....	Pg. 09
Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C. No. 149, §126.	Pg. 09
Caso do Massacre Pueblo Bello Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C. No. 140, §119.....	Pg. 09
Caso “Instituto de Reeducción del Menor” Vs. Paraguay. Sentença de 2 de setembro de 2004. Série C No. 112, §157. Caso Baldeón García Vs. Perú. Sentencia de 6 de abril de 2006. Série C. No. 147, §119.Caso Tibi Vs. Equador. Sentença de 7 de setembro de 2004. Série C No. 114, § 147. Caso 19 Comerciantes Vs. Colômbia. Sentencia de 5 de julho de 2004. Série C No. 109, § 149.Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63, § 165. Corte EDH. Campbell e Cosans. Sentença de 25 de fevereiro de 1982. Series A. No. 48, p. 12, § 26.....	Pg. 09
Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Sentencia de 25 de novembro de 2000 (Fundo). § 139.....	Pg. 10
Caso do Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C No. 140, § 48.....	Pg. 11
Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2003. Série C No. 101, § 201. Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Fundo. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63, § 220, 224. Corte IDH. Caso Juan Humberto Sánchez Vs. Honduras. Sentença de 26 de novembro de	

2003. Série C No. 102, § 135. Corte IDH. Caso Durand e Ugarte Vs. Perú. Sentença de 16 de agosto de 2000. Série C No. 68, § 130. Corte IDH. Caso do Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C No. 140, § 43.....Pg. 11

Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica. Sentença de 02 de julho de 2004. Série C. No. 107, §112.

Caso Ricardo Canese vs. Paraguai. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C. No. 111, § 82.

Caso Kimel vs. Argentina. Sentença de 02 de maio de 2008. Série C. No. 177, §87 e 88. Caso Ríos e outros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C No. 194, §105. Caso Perozo e outros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C No. 195, §116.....Pg. 11

Caso do Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2010. Série C. No. 140 votos razoável do juiz Cançado Trintadde, §29. Caso Acevedo Jaramillo y outros Vs. Perú. Sentença de 07 de Fevereiro de 2006. Série C No. 144, voto razoável do juiz Cançado Trindade, §6.....Pg. 11

Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações y Costas. Sentencia de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, §.....Pg. 13

Caso Palamara Iribarne Vs. Chile. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C No. 135, § 125.....Pg. 13

Caso Trabalhadores “Cesados dele Congreso” (Aguado Alfaro y outros) Vs. Perú. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações y Costas. Sentencia de 24 de Novembro de 2006. Série C No. 158, § 106, tradução livre.....Pg. 13

Caso “Contreras” e outros Vs. El Salvador. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2011 Série C No. 232. § 173..... Pg. 15

Caso Castillo Páez Vs. Perú. Reparações e Custas. Sentença de 27 de novembro de 1998. Série C No. 43, § 85.....	Pg. 16
Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Sentença 17 de junho de 2005. Série C No. 125, § 2 e 121.....	Pg. 19
Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica.. Sentença de 02 de julho de 2004. Série C. No. 107, § 112.	
Caso Ricardo Canese Vs. Paraguai. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C. No. 111, § 82.	
Caso Kimel Vs. Argentina. Sentença de 02 de maio de 2008. Série C. No. 177, §§ 87,88. Caso Ríos e outros Vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C. No. 194, §105. Caso Perozo e outros Vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C. No. 195, § 116.....	Pg.16
Caso Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C No. 140, § 219. Corte IDH. Caso Barrios Altos Vs. Peru. Sentença de 14 de março de 2001. Série C No. 75, § 8 e 45. Corte IDH. Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C No. 219, § 201.....	Pg. 17
Caso Blanco Romero e outros Vs. Venezuela. Sentença de 28 de novembro de 2005. Série C No. 138, §3.....	Pg. 17
Caso Salvador Chiriboga Vs. Equador. Sentença de 6 de maio de 2008. Série C No. 179, § 55. Corte IDH Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Série C No. 74, § 124. Corte IDH Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Equador. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, § 154. Corte IDH. Caso Acevedo Buendía e outros ("Cesantes y Jubilados de la Contraloría") Vs. Perú. Sentença de 1 de julho de 2009 Série C	

No. 198. Corte IDH Caso “Cinco Pensionistas” Vs. Peru Sentença de 28 de fevereiro de 2003, § 102.....Pg. 19

Caso Massacre de Mapiripán vs. Colômbia. Sentença de 15 de Setembro de 2005. CDHNU, Comentário Geral No. 27.....Pg. 20

OPINIÃO CONSULTIVA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS:

Opinião Consultiva n. 11/90, de 10 de agosto de 1990 exceções ao esgotamento dos recursos internos (artigos 46.1, 46.2.a E 46.2.b da Convenção Americana sobre Direitos Humanos) solicitada pela CIDHPg. 04

Condição Jurídica e Migrantes Indocumentados. Opinião Consultiva OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Serie A No. 18. Voto do Juiz Antônio Cançado Trindade, § 72.....Pg. 10

O Registro Obrigatório de Jornalistas (arts. 13 e 29 CADH). Opinião Consultiva Condição Jurídica e Direitos dos Imigrantes Indocumentados. Opinião Consultiva OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Serie A No. 18. § 4 da decisão. OC-5/85 de 13 de novembro de 1985. Série A. No. 5, § 70.....Pg. 14

O Registro Obrigatório de Jornalistas (arts. 13 e 29 CADH). Opinião Consultiva OC-5/85 de 13 de novembro de 1985. Série A. No. 5, § 70.....Pg. 16

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS:

RESOLUÇÃO Nº 29/88 CIDH, Caso 9260 Jamaica. 14 de setembro de 1988, §5. INFORME Nº 85/98. CIDH, Caso 11.472 Gilbert Bernard Little VS Costa Rica 28 de setembro de 1998, § 51.....	Pg. 05
CIDH. Relatório Anual 1996. Relatório nº39/96 Caso 11.673/ Argentina. 15 de outubro de 1996.....	Pg. 05
CIDH. Resolução nº29/88 Caso 9260/Jamaica. 14 de setembro de 1988.....	Pg. 05
CIDH insta os Estados a aumentar esforços para erradicar a pobreza na América. Comunicado de Imprensa, No. 121/14, 17 de outubro de 2014 < http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2014/121.asp >. Data de acesso: 20/01/2015 ...	Pg. 07
Anual da Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos, cap. II.G., OEA/Ser./L/V/II.114, doc. 5 rev. (16 de Abril de 2002)	Pg. 18
Corte IDH. Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, § 134. Corte IDH. Caso Nadege Dorzema e outros Vs. República Dominicana. Sentença de 24 de outubro de 2012 Série C No. 251, §161 e 175.....	Pg. 20

CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS:

Caso Gebremedhin [GABERAMADHIEN] v. França, aplicação 25389/05, §65. Caso Hirsi Jamaa e outros Vs. Itália, aplicação 27765/09.....	Pg. 20
Caso Airey Vs. Irlanda, Julgamento 9 de outubro de 1979, Série A, no. 32, §§. 26.....	Pg. 23

INSTRUMENTOS JURÍDICOS INTERNACIONAIS:

Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica. San José, Costa Rica, 7 de novembro de 1969.....	Pg. 03
---	--------

Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica. 22 de novembro de 1969	Pg. 05
Princípios e Critérios para a proteção e assistência a os refugiados, repatriados e deportados centro-americanos em américa latina, Conferência Internacional Sobre Refugiados Centro-americanos (CIREFCA). Guatemala, 29 al 31 de Mayor de 1989, §25.....	Pg. 12
Convenção de 1951 sobre os refugiados.....	Pg. 14
Convenção de Viena Sobre Direito dos Tratados, § 26.....	Pg 14
Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto San Jose da Costa Rica. San Jose, Costa Rica, 7 de novembro de 1969.....	Pg. 15

DOUTRINA:

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Em exercício da função judicial internacional: memoria da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.	Pg. 08
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. Ed. 2, atual e ampla. São Paulo: Editora Revistados Tribunais, 2007.....	Pg. 23

Exmo. Dr. Presidente da Colenda Corte Interamericana de Direitos Humanos

A ONG internacional Climate Change Action (doravante “ONG” ou “CCA”), representante das vítimas no caso “Comunidade Rural de Candela versus Clonalia” vem, tempestivamente, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante “Corte” ou “Corte IDH”), apresentar suas razões de fato e direito, para que se proceda à responsabilização da Federação de Clonalia (doravante “Estado”, “país”, “Clonalia” ou “Federação”) pelas violações de direitos humanos contidos nos artigos 4(direito à vida); 5 (integridade física); 7 (direito à liberdade pessoal); 8 (garantias judiciais); 13(liberdade de pensamento e expressão); 21(direito à propriedade privada); 22(direito de circulação e residência); 25 (proteção judicial); 26(desenvolvimento progressivo), todos em conformidade com o artigo 1.1 (obrigação de respeitar os direitos) da Convenção sobre os Direitos Humanos (Doravante CADH), e o artigo 11(direito ao meio ambiente sadio) do Protocolo de San Salvador em detrimento das vítimas de poluição e de toda a população da comunidade rural de candela

1. DECLARAÇÃO DOS FATOS

1.1 Da Federação da Clonalia

A Federação de Clonalia é o país que apresenta as maiores emissões de gases de efeito estufa, sendo responsável por 21% das emissões históricas. Clonalia ratificou a Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) em 1995 e, apesar de não ratificar o Protocolo de Kyoto, que, assim como a UNFCCC trata de emissões de gases de efeito estufa, apresentou uma declaração aceitando a responsabilidade de implementar medidas nacionais a fim de atingir resultados similares aos definidos pelo protocolo. Entretanto, atualmente, o país emite 18% dos gases de efeito estufa globais.

Em 2009, Clonalia incluiu em sua legislação nacional a Convenção sobre a Situação de Refugiados de 1951 e seu Protocolo Adicional de 1967, tendo ambos sido assinados pelo país em 1955. A Federação de Clonalia ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1978 e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte em 1982, e assinou documentos internacionais, entre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1976); o Protocolo de San Salvador (1996), a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1998) e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias (1994).

1.2 Da República do Marsili

A República do Marsili é uma nação de ilhas e localiza-se no Oceano Pacífico, a 280 milhas náuticas do país continental mais próximo, a Federação da Clonalia. Em 1967 Marsili ganhou sua independência da Clonalia e, atualmente, é uma república democrática. O país tem níveis altos de pobreza e possui a menor altura acima do nível do mar.

Devido ao fenômeno da mudança climática, atestado pela comunidade internacional por meio do Grupo de Mudanças Climáticas Globais (G2C2), e da subida dos níveis do mar, a ilha

costeira de Theodore, principal ilha de Marsíli, está sendo reduzida e estima-se que o país ficará totalmente submerso no ano de 2025. Em decorrência da crise ambiental na ilha de Theodore, aproximadamente 14.000 pessoas estão morando em acampamentos temporários, esperando serem transferidas. A ilha vem sofrendo diversos desastres naturais e, em consequência disso, migrações massivas têm sido notadas, sendo aproximadamente 67% dos migrantes, desde 1990, chegaram a Clonalia. Em fevereiro de 2011, Clonalia decidiu impor visto para residentes da República de Marsíli. As autoridades da ilha solicitaram ajuda da comunidade internacional para resolver a situação.

1.3 Dos Fatos do Caso

A comunidade rural de Candela se situa ao norte da ilha de Theodore e tem sido a mais afetada pela perda de território. No esforço de encontrar solução legal para a crise ambiental em Theodore, a ONG internacional Climate Change Action (CCA) decidiu representar as 52 famílias da comunidade em março de 2011.

Em 2013, um grupo de 23 famílias da comunidade rural viajou de bote para a Federação da Clonalia, sem o registro de imigração. Em abril de 2014, morando em situação irregular, os migrantes apresentaram petição para reconhecimento dos seus *status* como refugiados ambientais; a solicitação foi entregue pela CCA à Clonalia tendo como base a Lei 175 desta, que trata de Migração a Asilo.

Em fevereiro de 2014, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), órgão responsável pelos assuntos de migração, decidiu que não consideraria a solicitação a as famílias não tiveram autorização para apresentar seu caso e as razões da solicitação para o MRE. Em março do mesmo ano, o MRE ordenou a detenção das famílias e o mandado abrangeu crianças e idosos, requerendo a localização dos migrantes a fim de iniciar o processo de deportação destas pessoas para Marsíli. Com a notícia, oito famílias refugiaram-se na Embaixada de Marsíli e as outras

famílias fugiram, sendo metade delas capturadas e levadas a uma prisão temporária. As decisões foram apeladas pela CCA, mas o MRE manteve sua posição.

Em setembro de 2014 a CCA apresentou uma petição perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), alegando a violação dos artigos 4; 5; 7; 8; 13; 21; 22; 25 e 26, todos em consonâncias com os artigos 1.1 e 2 da Convenção Americana de Direitos Humanos, e o artigo 11 do Protocolo de San Salvador. Essa petição incluiu não só as 23 famílias que solicitavam a situação de refugiados, mas também os que ainda moravam no território de Marsíli. A CIDH concedeu medidas cautelares e declarou o caso admissível para a finalidade de examinar a alegada violação dos artigos citados na petição. Como a tentativa de solução amistosa não foi bem sucedida, a CIDH submeteu, em dezembro de 2014, o caso da Comunidade Rural de Candela versus a Federação da Clonalia perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

2.1 Competência

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é competente para julgar a presente demanda nos termos do artigo 62.3 da CADH¹. Em razão de Clonalia ser Estado - Parte desta Convenção, ratificando-a² e reconhecendo³ a da Corte IDH. Ressalta-se que o Estado ratificou todos os tratados de Direitos Humanos e a maioria dos tratados das Nações Unidas sobre o assunto⁴, que o sujeitam à obrigação de respeitar os direitos por ele violados, antes da ocorrência dos fatos.

¹ Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica. San José, Costa Rica, 7 de novembro de 1969.

² Caso hipotético §71.

³ Caso hipotético §71.

⁴Caso hipotético §71.

2.2. Inexistência de Litispendência Internacional

Nos termos do artigo 47.d da CADH, não há dados que comprove a existência de litispendência do presente caso em outra jurisdição ou órgão internacional.

2.3. Da Tempestividade

A decisão final da ação ajuizada pela CCA contra a Federação de Clonalia na jurisdição interna deu-se em 10 de março de 2014⁵, apresentada denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 10 de setembro de 2014⁶. Dessa forma, encontra-se dentro do prazo de seis meses presente no art. 46.b da CADH.

2.4. Do Esgotamento dos Recursos Internos

A população da Comunidade Rural de Candela, no que tange as vias processuais, foi compelida a se valer da exceção conferida no artigo 46, §2, B da CADH. Significa, portanto, que às vítimas foi negado o direito ao acesso aos recursos da jurisdição interna, conseqüentemente, as vítimas foram impedidas de esgotar os recursos internos, motivo pelo qual a petição tem legitimidade para ser acolhida por esta Colenda Corte⁷. O Estado de Clonalia sequer considerou a solicitação para decidir sobre a situação de refugiados das vítimas⁸, inobservando o devido processo legal, não admitindo a petição apresentada pelas vítimas e se recusando a discutir o mérito, ao passo que antes mesmo de analisar a petição e as provas acostadas a ela, o Estado declarou que “a solicitação não seria tratada para nada, senão decidida pela falta de validade na solicitação”⁹.

O Estado pode, conforme a Corte IDH¹⁰, ser responsabilizado pela sua omissão:

A responsabilidade internacional do Estado pode ser gerada por atos e omissões de qualquer poder ou órgão deste, independente da sua hierarquia, que violem a

⁵ Caso Hipotético § 54

⁶ Caso Hipotético § 61

⁷ Opinião Consultiva n. 11/90, de 10 de agosto de 1990 exceções ao esgotamento dos recursos internos (artigos 46.1, 46.2.a e 46.2.b da Convenção Americana sobre Direitos Humanos) solicitada pela CIDH.

⁸⁸ Caso hipotético § 52.

⁹ Caso Hipotético § 52.

¹⁰ Corte IDH. Caso “A última tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) Vs. Chile. Sentença de 5 de fevereiro de 2001. Série C No. 73, p.29. §72.

Convenção Americana. A saber, todo ato e omissão imputável ao Estado na violação das normas do Direito Internacional e Direitos Humanos compromete a responsabilidade internacional do Estado.

Diante do exposto, alternativas não restaram às vítimas se não submeter a presente demanda à Corte IDH, para que seja alcançada a lidima justiça.

2.5 Da Vedação à Quarta Instância

A CADH, em seu preâmbulo, afirma que a Corte IDH possui um caráter coadjuvante ou complementar em relação à jurisdição interna dos Estados signatários¹¹. Neste sentido, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos assegura que não é sua atribuição:

Atuar como um órgão quase judicial de quarta instância e revisar as decisões dos tribunais nacionais dos Estados membros da OEA’’¹² com atribuições de terceira ou quarta instância de revisão das decisões dos tribunais nacionais¹³ para examinar os supostos erros de direito ou de fato que possam ser cometidos pelos tribunais que atuaram dentro dos limites de sua competência¹⁴.

A fim de se evitar que as partes utilizem a Corte como um órgão recursal, criou-se a fórmula da quarta instância. Tal fórmula é aplicada pela Comissão, a qual determina:

A premissa básica dessa fórmula é de que a Comissão não pode revisar as sentenças ditadas pelos tribunais nacionais que atuem na esfera de sua competência e apliquem as devidas garantias judiciais, salvo se considerar a possibilidade de que a Convenção tenha sido violada¹⁵.

A Corte IDH estabelece, ainda, que a *“jurisdição internacional tem caráter subsidiário, coadjuvante e complementar, razão pela qual não desempenha função de tribunal de ‘quarta*

¹¹Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica. 22 de novembro de 1969

¹² CIDH. Resolução nº29/88 Caso 9260/Jamaica. 14 de setembro de 1988. Corte IDH. Caso Genie Lacayo Vs. Nicarágua. Sentença de 29 de janeiro de 1997. Série C No. 30. §94. Caso Gomes Lund e outros Vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010 Série C No. 219. Voto do Juiz Figueiredo Caldas.

¹³ RESOLUÇÃO Nº 29/88 CIDH, Caso 9260 Jamaica. 14 de setembro de 1988, §5. INFORME Nº 85/98. CIDH, Caso 11.472 Gilbert Bernard Little VS Costa Rica 28 de setembro de 1998, § 51.

¹⁴ Caso 11.773, S. Marzioni vs. Argentina. Informe individual 39/96, publicado no Informe Anual da CIDH (1996) OEA/Ser.L/V/II.95, pág. 89, § 51. INFORME do Presidente da Corte IDH durante a Assembleia Geral da OEA (Panamá, 5 de junho de 2007), pag.3, §8. Corte IDH. Caso Cinco Pensionistas Vs. Perú. Sentença de 28 de fevereiro de 2003. Série C No. 98

¹⁵ CIDH. Relatório Anual 1996. Relatório nº39/96 Caso 11.673/ Argentina. 15 de outubro de 1996.

instância”¹⁶. Observadas tais condições, as vítimas não recorreram à Corte IDH como um órgão recursal de quarta instância, uma vez que a sentença dada pelo MRE não foi satisfatória no que diz respeito à resolução da violação da Convenção em seus artigos 4, 5, 7,8, 13, 21, 22, 25 e 26 em consonância com o artigo 1.1 da CADH; e o artigo 11 do Protocolo adicional à convenção sobre direitos humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais "Protocolo de San Salvador". Portanto, a Corte IDH poderá exercer sua jurisdição na presente demanda e, dessa maneira, poderá declarar que a Federação de Clonalia é responsável pela violação.

3. A FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA VILOU OS ART. 4.1 E 5.1 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.

3.1 Da violação à Direito a Vida.

Segundo a Corte IDH, *“o direito à vida é um direito humano fundamental, cujo gozo pleno é um pré-requisito para o desfrute de todos os demais direitos humanos”*¹⁷. A Corte estabelece, ainda, que o direito à vida compreende o direito de existir e o direito de não ser privado arbitrariamente da vida, mas também o direito de não ser impedido do acesso às condições de garantia a uma existência digna, *nesse modus operandi*: *“a obrigação de garantir a criação das condições que se requer para que não se produzam violações deste direito básico”*¹⁸.

Não há devidas condições de vida digna nas ilhas de Marsili já que aproximadamente 35 % (trinta e cinco por cento) da população vivem na extrema pobreza¹⁹ e o Estado não pode investir

¹⁶ Corte IDH. Caso Cabrera García e Montiel Flores Vs. México. Sentença de 26 de novembro de 2010. Série C. No. 220, § 16. Caso Acevedo Jaramillo y outros vs. Perú. Sentença de 24 de novembro de 2006. Série C No. 157, § 66. Caso Zambrano Vélez y otros vs. Equador. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C No. 166, § 47. Caso Perozo y otros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C No. 195, § 64

¹⁷Corte IDH. Caso Comunidade Indígena Xákmok Kásek Vs. Paraguai. Sentença de 24 de agosto de 2010. Série C. No. 214, §186. Caso de lós “Ninhos de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63,§144. Caso Montero Aranguren y otros (Retén de Catia) Vs. Venezuela. Sentença de 5 de julho de 2006, Série C. No. 150, § 63. Caso Zambrano Vélez y otros Vs. Equador. Sentença de 4 de julho de 2007. Série C No. 166, § 78.

¹⁸Corte IDH. Caso dos “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63,§144.

¹⁹Caso hipotético §7.

em recursos básicos para atendê-la, já que gasta 24% (vinte e quatro por cento) de seu PIB (produto interno bruto) em projetos de reconstrução e adaptação em resposta as constantes enchentes que assolam o país²⁰ e que se tornam mais gravosas em decorrência das alterações climáticas. O Comissário Paulo Vannuchi, que está a cargo da Unidade de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Comissão declarou que:

Não há nenhuma possibilidade de que uma pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos humanos, se ele ou ela vive na pobreza. A pobreza submete a pessoa a um estado de permanentes violações de seus direitos fundamentais, em que o direito à vida é enfraquecido pela falta de alimentação adequada, ou por obstáculos, por vezes impossíveis de se resolver, para tratar de um problema de saúde²¹.

Como os habitantes da ilha dependem principalmente da agricultura e da pesca²², a mudança climática, da forma que tem ocorrido, prejudica fortemente a economia do país, o que justifica o elevado êxodo dos habitantes para a Federação de Clonalia, que reagiu negativamente impondo inclusive para os migrantes do Marsíli o visto para entrada e permanência em seu território²³, além do aumento do nível do mar que constitui fato notório do desaparecimento do arquipélago²⁴.

Sabe-se que a Federação de Clonalia apresenta as maiores emissões de GHGs, principal causa das mudanças climáticas²⁵, e que nada efetivo tem feito para reduzir esses índices ²⁶, apesar de terem se comprometido em 1999 tomarem providências a fim de atingir os mesmos efeitos previstos no Protocolo de Quioto²⁷, Sendo assim o Estado de Clonalia viola o direito à vida dos habitantes das Ilhas do Marsíli. Nesse sentido a Corte IDH posiciona-se:

²⁰Caso hipotético §26.

²¹CIDH insta os Estados a aumentar esforços para erradicar a pobreza na América. Comunicado de Imprensa, No. 121/14, 17 de outubro de 2014 <<http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2014/121.asp>>. Data de acesso: 20/01/2015.

²²Caso hipotético §7.

²³Caso hipotético §25.

²⁴Caso hipotético §25.

²⁵Caso hipotético §§33 e 21.

²⁶ Caso hipotético §21.

²⁷Caso hipotético §15.

Um dos deveres que, inevitavelmente, deve assumir o Estado como garantidor, a fim de proteger e garantir o direito à vida é o de gerar condições de vida mínimas compatíveis com a dignidade da pessoa humana não criar condições que dificultem ou impeçam. Neste sentido, o Estado tem o dever de tomar medidas positivas e concretas orientadas para a satisfação do direito a uma vida digna, especialmente quando se trata de pessoas vulneráveis e em situação de risco e cujo cuidado torna-se uma prioridade²⁸.

De acordo com o censo e a medição oficial realizados em 2013 descobriu-se que tal ilha perdeu 78 quilômetros quadrados de terra²⁹ e com o relatório de 2014 ficou estabelecido que a mesma irá desaparecer³⁰ por completo por volta de 2025³¹, assim é insustentável a vida em Marsili, e o maior contribuidor desta atual situação é a Federação de Clonalia³², que não demonstrou qualquer preocupação em diminuir a emissão dos gases do efeito estufa³³.

3.2 Da Violação à Integridade Pessoal

De acordo com o entendimento da Comissão:

A infração do direito à integridade física e psíquica das pessoas é uma classe de violação que tem diversas conotações de grau e que abarca desde a tortura até outro tipo de perseguição ou tratos cruéis, desumanos e degradantes, cujas sequelas físicas e psíquicas variam de intensidade segundo os fatores endógenos e exógenos que deveriam ser demonstrados em cada situação concreta³⁴.

O direito à integridade física, assim como o direito à vida supracitado, são normas pertencentes contemporaneamente ao domínio do *jus cogens*³⁵. Portanto, este direito não pode ser suspenso

²⁸Corte IDH. Caso Comunidade indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Sentença 7 de Janeiro de 2005. Série C No. 125, p.33. §162. Corte IDH. Caso "Instituto de Reeducação do Menor" Vs. Paraguai. Sentença de 2 de setembro de 2004. Série C No. 112, §156.

²⁹Caso hipotético §22.

³⁰Situação similar as Ilhas Maldivas e Tuvalu.

³¹Caso hipotético §30.

³²Caso hipotético §33.

³³ Caso hipotético §35.

³⁴Corte IDH. Caso Loayza Tamayo Vs. Perú. Sentença de 17 de setembro de 1997. Série C. No. 33, § 57.

³⁵CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Em exercício da função judicial internacional: memória da Corte Interamericana de Derechos Humanos. Belo Horizonte: Del Rey, 2011. Corte IDH. Caso Servellón García VS. Honduras. Sentença de 21 de setembro de 2006. Série C. No. 152, §97. Caso Montero Aranguren y outros Vs Venezuela. Sentença de 5 de julho de 2006. Série C. No. 150, § 85. Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil. Sentença de

sob condição alguma³⁶. Dessa maneira, o Estado, não pode prejudicar a integridade física de sua população sob nenhum pretexto. Apesar de o Estado da Clonalia pretender, com a queima de carvão, além de sediar empresas privadas que contribuem para a concentração das emissões³⁷, gerar energia e estimular o crescimento econômico do país³⁸, ele não pode prejudicar a integridade física de nenhuma pessoa sob a sua ou sob outra jurisdição.

É, ainda, sustentado, tanto pela Corte IDH quanto pela Corte Europeia, que *“a mera ameaça de uma conduta proibida pelo artigo 5º da Convenção Americana, correspondente ao artigo 3º da Convenção Europeia, quando seja suficientemente real e iminente, pode em si mesma estar em conflito com a norma de que se trata”*³⁹. Dessa forma, o Estado de Clonalia violou o artigo em discussão, segundo o entendimento de ambas as cortes, ao manter alto o índice de emissões dos GHGs globais em 18%⁴⁰. De acordo o exposto, infere-se que a Federação de Clonalia é responsável pela violação dos artigos 4 e 5 da CAHD, em detrimento das pessoas residentes nas Ilhas do Marsili, e em especial a comunidade rural de Candela.

4. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VIOLOU O ART. 7 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.

Primeiramente, há que compreendermos o que é liberdade pessoal, pois bem, o art. 7.3 do Pacto de San José da Costa Rica afirma: *“Ninguém pode ser submetido à detenção ou*

4 de julho de 2006. Série C. No. 149, §126. Caso dos Massacres de Ituango Vs. Colômbia. Sentença de 1º de julho de 2006. Série C. No. 148, § 252. Caso Tibi Vs. Equador. Sentença de 7 de setembro de 2004. Série C No. 114, § 14. Caso de los Hermanos Gómez Paquiyauri Vs. Perú. Sentença de 8 de julho de 2004. Série C No. 110, §§ 111 e 112.

³⁶ Corte IDH. Caso Servellón García VS. Honduras. Sentença de 21 de setembro de 2006. Série C. No. 152, §97. Corte IDH. Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil. Sentença de 4 de julho de 2006. Série C. No. 149, § 126. Caso do Massacre Pueblo Bello Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C. No. 140, §119. Caso “Instituto de Reeducción del Menor” Vs. Paraguay. Sentencia de 2 de septiembre de 2004. Serie C No. 112, §157.

³⁷Caso hipotético §34.

³⁸ Caso hipotético §34.

³⁹Corte IDH. Caso Baldeón García Vs. Perú. Sentença de 6 de abril de 2006. Série C. No. 147, §119. Caso Tibi Vs. Equador. Sentença de 7 de setembro de 2004. Série C No. 114, § 147. Caso 19 Comerciantes Vs. Colombia. Sentencia de 5 de julio de 2004. Serie C No. 109, § 149. Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63, § 165. Corte EDH. Campbell e Cosans. Sentença de 25 de fevereiro de 1982. Series A. No. 48, p. 12, § 26.

⁴⁰Análise dos dados constados no §21 do caso hipotético.

encarceramentos arbitrários”. Ora, Clonalia não obedeceu a este preceito, vez que expediu mandado de prisão contra o grupo de “refugiados em aguardo de pedido”, situação atentatória contra os patamares do Direito Internacional, nesse sentido:

Assim, no âmbito do Direito Internacional dos Refugiados, foi reconhecido o princípio básico do non-refoulement como sendo parte do *jus cogens*, no domínio do Direito Internacional dos Direitos Humanos foi reconhecido igualmente o caráter de *jus cogens* do princípio fundamental da igualdade e não discriminação (cf. *supra*). A ilegalidade objetiva não se limita aos atos e práticas anteriormente mencionados[...] ⁴¹.

Em uma breve hermenêutica, observa-se que o mandado de detenção das vítimas foi expedido no dia 5 de Março de 2014⁴², e o recurso de apelação ao MRE foi realizado ao dia 08 de Março de 2014⁴³, tempestivamente. Ora, dessa forma, depreende-se que a prisão foi arbitrária, vez que não aguardou a emissão de uma decisão final, portanto, os refugiados ainda estavam no aguardo de uma resposta, não podendo ser deportados em decorrência da norma de *jus cogens* de não devolução. Além disso, vê-se que a prisão do grupo à espera de refúgio não atendeu ao princípio da legalidade, já que não há previsão legal de sanção penal para refugiados em aguardo de asilo⁴⁴, nesse quesito:

Segundo o primeiro dos pressupostos normativos, ninguém pode ver-se privado da liberdade pessoal, senão pelas causas, casos ou circunstâncias expressamente tipificadas na lei (aspecto material), porém, ademais, com restrita sujeição aos procedimentos objetivamente definidos na mesma (aspecto formal). De acordo com o segundo pressuposto, está presente uma condição segundo a qual ninguém pode ser submetido à detenção ou encarceramento por causas e métodos - que podem ser classificados como legais [...] ⁴⁵.

⁴¹ Corte IDH. Condição Jurídica e Migrantes Indocumentados. Opinião Consultiva OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Serie A No. 18. Voto do Juiz Antônio Cançado Trindade, § 72.

⁴² Caso Hipotético, § 53

⁴³ Caso Hipotético, § 54

⁴⁴ Caso Hipotético, § 49 e 51. A Lei 715 de 1989 não é específica.

⁴⁵ Caso Bámaca Velásquez Vs. Guatemala. Sentencia de 25 de novembro de 2000 (Fundo). § 139, tradução livre.

Dessa feita, conclui-se que a Federação de Clonalia violou o direito à liberdade pessoal das vítimas, tendo em perspectiva que restringiu sua liberdade sem atender quesitos legais.

5. A FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA VIOLOU OS ART. 8 E 25 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.

Preliminarmente, há que se ponderar que os arts. 8 e 25 da CADH devem ser interpretados de forma conjunta, já que formam um “todo orgânico⁴⁶”, como duas partes de um todo interligado, sendo, portanto analisados em conjunto⁴⁷, onde as garantias previstas nestes artigos “*se complementam e completam, visto sobre o panorama do Estado de Direito em uma sociedade democrática*⁴⁸” conforme entendimento do Ex- Juiz Presidente da Corte IDH, Antônio Augusto Cançado Trindade⁴⁹.

No que decorre da situação fática, percebe-se que a problemática de concessão do *status* de refugiado é de competência do Ministério das Relações Exteriores da Federação de Clonalia⁵⁰, situação que demonstra, *prima facie*, que a tramitação do processo ocorre em âmbito administrativo. Levando-se em consideração os dispositivos legais internos do Estado membro, nós peticionamos ao órgão retro a fim de obter concessão de refúgio para um grupo de 23 pessoas⁵¹. Ocorre que, de modo inesperado, o MRE nem se quer dignou-se a analisar o referido

⁴⁶ Corte IDH. Caso do Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C No. 140, § 48.

⁴⁷ Corte IDH. Caso Myrna Mack Chang Vs. Guatemala. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 25 de novembro de 2003. Série C No. 101, § 201. Caso dos Meninos de Rua (Villagrán Morales e outros) Vs. Guatemala. Fundo. Sentença de 19 de novembro de 1999. Série C No. 63, § 220, 224. Corte IDH. Caso Juan Humberto Sánchez Vs. Honduras. Sentença de 26 de novembro de 2003. Série C No. 102, § 135. Corte IDH. Caso Durand e Ugarte Vs. Perú. Sentença de 16 de agosto de 2000. Série C No. 68, § 130. Corte IDH. Caso do Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C No. 140, § 43.

⁴⁸ Corte IDH. O Registro Obrigatório de Jornalistas (arts. 13 e 29 CADH). Opinião Consultiva OC-5/85 de 13 de novembro de 1985. Série A. No. 5, § 70. Caso Herrera Ulloa vs. Costa Rica. Sentença de 02 de julho de 2004. Série C. No. 107, §112. Caso Ricardo Canese vs. Paraguai. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C. No. 111, § 82. Caso Kimel vs. Argentina. Sentença de 02 de maio de 2008. Série C. No. 177, §87 e 88. Caso Ríos e outros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C No. 194, §105. Caso Perozo e outros vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C No. 195, §116.

⁴⁹Corte IDH. Caso do Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2010. Série C. No. 140 votos razoável do juiz Cançado Trintadde, §29. Caso Acevedo Jaramillo y outros Vs. Perú. Sentença de 07 de Fevereiro de 2006. Série C No. 144, voto razoável do juiz Cançado Trindade, §6

⁵⁰ Caso Hipotético, § 52

⁵¹Idem nota 50.

pedido, apresentado uma simples negativa sem fundamentos para tal, apenas relatando que questões ambientais não são enquadradas como sendo pertinente a dinâmica migratória⁵². Postura essa inadequada, já que na alçara do paradigma do pós-positivismo, deve-se sim aceitar novas categorias de refugiados, como no caso em tela de refugiados ambientais, assim foi o entendimento da Conferência Internacional Sobre Refugiados Centro-americanos (CIREFCA):

A declaração (de Cartagena), também considera como refugiados as pessoas que tenham fugido de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação massiva dos direitos humanos e outras circunstâncias que hajam perturbado gravemente a ordem pública⁵³.

E arremata a CIREFCA:

Finalmente, outras circunstâncias que hajam perturbado gravemente a ordem pública, devem ser entendidas como resultado de atos do homem e não de desastres naturais. Este conceito inclui distúrbios e tensões internas, tais como motins, atos de violência isolados e esporádicos e outros atos de natureza similar sempre que perturbem a ordem pública⁵⁴.

Destaca-se nesse ponto que é uma realidade constante a desordem pública na Federação de Marsíli⁵⁵, e dessa forma, apesar de não ser vinculante, entende-se que o grupo que fugiu de seu país de origem é refugiado de ordem pública, por causas ambientais. Nessa ótica, as questões ambientais provocaram uma série de fatores que impossibilitam a vida na ilha de Marsili. Em relação à postura do MRE, torna-se imperioso destacar o Princípio do Devido Processo Legal, que segundo a Corte IDH é:

O elenco de garantias mínimas do devido processo legal se aplica na determinação de direitos e obrigações de ordem ‘civil, trabalhista e fiscal, ou de outro caráter’. É

⁵²Idem nota 50.

⁵³Princípios e Critérios para a proteção e assistência a os refugiados, repatriados e deportados centro-americanos em América Latina, Conferência Internacional Sobre Refugiados Centro-americanos (CIREFCA). Guatemala, 29 al 31 de Mayor de 1989, §25, Tradução Livre.

⁵⁴Idem nota 53, § 33, tradução livre.

⁵⁵Caso Hipotético, § 26, *in fine*.

decidir, ‘qualquer atuação ou omissão dos órgãos estatais dentro de um processo, seja administrativo sancionatório ou judicial, deve respeitar o devido processo’⁵⁶.

Ora, de frente com o posicionamento da legislação interna de não apresentar instituição estatal competente para julgar essa demanda e da negativa de análise de plano do MRE, vê-se que o Princípio do Devido Processo Legal e do Juiz Natural foram violados, destaca-se:

O direito a ser julgado por tribunais de justiça ordinários com observância a procedimentos legalmente previstos constitui um princípio básico do devido processo legal. Por isso, para que se respeite o direito ao juiz natural basta com que seja estabelecido previamente pela lei qual será o tribunal que atenderá uma causa e que se lhe outorgue competência⁵⁷.

Por fim, há que se ponderar que o Estado de Clonalia violou o acesso à justiça a não garantir uma efetiva atuação do Poder Judiciário, para que ponha em prática o livre e pleno exercício dos Direitos Humanos, nessa seara:

A Corte tem sustentado que, segundo a Convenção Americana, os Estados Partes estão obrigados a ministrar recursos judiciais efetivos as vítimas de violações de direitos humanos (artigo 25), recursos que devem ser sustentados em conformidade com as regras do devido processo legal (artigo 8.1), todo ele dentro da obrigação geral, a cargo dos mesmos Estados, de garantir o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos pela Convenção a toda pessoa que se encontre sob sua jurisdição (artigo 1)⁵⁸.

Em relação ao mandado de prisão⁵⁹ das famílias que tiveram o pedido de refúgio “simplesmente negado”, percebe-se que ele está eivado de vicissitudes, já que não fere apenas os direitos dos refugiados, de não serem deportados enquanto aguardam resposta, mais também

⁵⁶Corte IDH. Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações y Costas. Sentencia de 25 de novembro de 2013. Serie C No. 272, § 130, tradução livre.

⁵⁷Corte IDH. Caso Palamara Iribarne Vs. Chile. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 22 de novembro de 2005. Série C No. 135, § 125, tradução livre.

⁵⁸Corte IDH. Caso Trabalhadores “Cesados dele Congreso” (Aguado Alfaro y outros) Vs. Perú. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações y Costas. Sentencia de 24 de Novembro de 2006. Série C No. 158, § 106, tradução livre.

⁵⁹Caso Hipotético, § 53

feriu o direito das crianças e dos idosos. Nesse entender, prevê a Convenção de 1951 sobre os refugiados⁶⁰, em seu art. 31, § 1:

Os Estados Membros não aplicaram sanções penais em virtude da sua entrada ou permanência irregulares, aos refugiados que, chegando diretamente do território no qual sua vida ou sua liberdade estava ameaçada no sentido previsto pelo art. 1º, cheguem ou se encontrem no seu território sem autorização, contanto que se apresentem sem demora às autoridades e lhes exponham razões aceitáveis para a sua entrada ou presença irregular.

Ora, tal situação constitui um desrespeito ao princípio internacionalmente reconhecido do *Pacta Sun Servanda*⁶¹, e por tal o Estado da Clonalia deve sofrer as sanções cabíveis.

Atendendo aos requisitos legais, apresentamos apelação ao Ministério das Relações Exteriores⁶², todavia, a instituição negou-se a analisar o pedido, reiterando que causas ambientais não devem ser consideradas para o pedido de refúgio.

Essa postura arraigada de não aceitação de análise do pedido, juntamente com a imposição de visto⁶³ para a entrada em território nacional dos habitantes de Marsili, por causa de aumento de fluxos migratórios, escancara a discriminação perpetrada pelo Estado da Clonalia, têm-se:

Que o princípio fundamental de igualdade e não discriminação faz parte do Direito Internacional geral, à medida que é aplicável a todos os Estados, independentemente de que seja parte ou não em determinado tratado internacional. Na atual etapa da evolução do Direito Internacional, o princípio fundamental de igualdade e não discriminação ingressou no domínio do jus cogens⁶⁴.

É lapidar: “Que o princípio fundamental de Igualdade e não discriminação, revestido de caráter imperativo, acarreta obrigações *erga omnes* de proteção que vinculam todos os Estados e geram

⁶⁰Ratificado por Clonalia em 1995, caso hipotético, § 50

⁶¹ Previsto no art. 26 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados.

⁶² Caso Hipotético, § 54

⁶³ Caso Hipotético, § 25, in fine

⁶⁴ Corte IDH. Condição Jurídica e Direitos dos Imigrantes Indocumentados. Opinião Consultiva OC-18/03 de 17 de setembro de 2003. Serie A No. 18. § 4 da decisão.

efeitos com respeito a terceiros, inclusive particulares⁶⁵”. Nesse paradigma, o Estado claramente desrespeita o arcabouço protetor do grupo que pleiteia a condição de refugiados, discriminando-os e refutando-os.

Finalizada essa temática, passemos ao que concerne ao estudo realizado pelo Comitê Nacional de Especialistas (CNE), em que o Ministério das Relações Exteriores denegou a divulgação do referido estudo, alegando questões de segurança nacional⁶⁶. Opera-se aqui uma evidente violação do direito à verdade, de que a sociedade é detentora. Pronuncia-se a Corte IDH:

Ao respeito da alegada violação do artigo 13 da Convenção, reconhecida pelo Estado, a Corte recorda que toda pessoa, incluindo os familiares das vítimas de graves violações aos direitos humanos, têm, de acordo com os artigos 1.1, 8.1, 25, assim como em determinadas circunstâncias ao artigo 13 da Convenção, o direito a conhecer a verdade, por aqueles e a sociedade toda deve ser informada do ocorrido [...] ⁶⁷.

Ante a situação supracitada, nota-se nitidamente que o conjunto de ações e omissões perpetradas pela Federação de Clonalia, acarretou em violações de Direitos Humanos.

6. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VIOLOU O ART. 13 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.

Dispõem a CADH, que o direito à liberdade de expressão e pensamento compreende o direito de buscar, receber e difundir informações e ideias⁶⁸. Entende a Corte IDH: “*A liberdade de expressão é uma pedra angular na existência de uma sociedade democrática. E é indispensável para a formação da opinião pública*”⁶⁹. Portanto, há de ter uma coincidência nos Sistemas

⁶⁵ Idem nota 64, § 5 da decisão

⁶⁶ Caso Hipotético, § 58

⁶⁷ Corte IDH. Caso “Contreras” e outros Vs. El Salvador. Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 31 de agosto de 2011 Série C No. 232. § 173 traduções livres.

⁶⁸ Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto San Jose da Costa Rica. San Jose, Costa Rica, 7 de novembro de 1969.

⁶⁹ Idem nota 48.

Regionais de proteção aos Direitos Humanos e Universal, quanto ao papel essencial que a liberdade de expressão exerce na consolidação e na dinâmica de uma sociedade democrática.⁷⁰

A liberdade de pensamento e de expressão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática⁷¹ e, conforme essa Honorável Corte tem se manifestado reiteradamente desde a Opinião Consultiva N° 5/85, tal direito possui duas dimensões: uma individual, na qual ninguém será impedido de expressar seu pensamento; e uma social, em que a sociedade tem o direito de receber qualquer informação e a expressão do pensamento alheio⁷². Afora as restrições expressamente previstas na CADH, nenhuma outra forma de restrição, mesmo que indireta, é compatível com o SIPDH, sendo dever de o Estado garantir este direito de forma plena.

A Federação de Clonalia violou o art. 13.1 da CADH haja vista que o Ministério das Relações Exteriores se absteve de divulgar a conclusão principal obtida pelo Comitê Nacional de Especialistas – CNE – em relação aos estudos ambientais realizados, com fulcro na situação ambiental atual da comunidade internacional⁷³. Contudo, o direito de conhecer a verdade foi suprimido. A Corte IDH foi o primeiro órgão a consagrar tal direito, pois a existência do direito a verdade e a informação foi evocada, pela primeira vez, pela Corte IDH no caso Castillo Paez VS. Peru⁷⁴.

O direito a verdade localiza-se no direito das vítimas de obterem do Estado um esclarecimento quanto aos direitos violados bem como as responsabilidades que sobrevém dessas, esse tem

⁷⁰ Idem nota 69.

⁷¹ Idem nota 69.

⁷² Corte IDH. O Registro Obrigatório de Jornalistas (arts. 13 e 29 CADH). Opinião Consultiva OC-5/85 de 13 de novembro de 1985. Série A. No. 5, § 70. Caso Herrera Ulloa Vs. Costa Rica.. Sentença de 02 de julho de 2004. Série C. No. 107, § 112. Caso Ricardo Canese Vs. Paraguai. Sentença de 31 de agosto de 2004. Série C. No. 111, § 82. Caso Kimel Vs. Argentina. Sentença de 02 de maio de 2008. Série C. No. 177, §§ 87,88. Caso Ríos e outros Vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C. No. 194, §105. Caso Perozo e outros Vs. Venezuela. Sentença de 28 de janeiro de 2009. Série C. No. 195, § 116.

⁷³ Caso hipotético § 58.

⁷⁴ Corte IDH. Caso Castillo Páez Vs. Perú. Reparações e Custas. Sentença de 27 de novembro de 1998. Série C No. 43, § 85.

dupla natureza: substancial – garante o direito ao esclarecimento dos fatos – e instrumental – quando impõe ao Estado obrigações de fundo investigativo e processual⁷⁵.

Nessa senda, o MRE, em 28 de fevereiro de 2014, simplesmente considerou que não iria analisar as condições das 23 famílias de Candela, afirmando que a solicitação não seria tratada para nada, se não decidida pela falta de validade na solicitação⁷⁶. Logo, o Estado de Clonalia se negou a esclarecer acerca dos direitos que as vítimas entendem que vem sendo violados, conseqüentemente violando o art. 13.1 da CADH que garante a toda pessoa o acesso à informação, buscando-se assim a verdade instrumental. Nesse caso, o Estado deve ser responsabilizado por sua violação.

Lado outro, o conhecimento aos argumentos apresentados pelo CNE proporcionaria à comunidade de Candela uma oportunidade de se preparar para encontrar formas de evitar violações de direitos semelhantes no futuro⁷⁷. Incongruente é a justificativa que a não divulgação dos argumentos apurados pelo CNE poderiam pôr em risco a ordem e a segurança nacional na Clonalia⁷⁸, pois as imigrações ocorrem desde a década de 90 e, segundo os estudos do Grupo de Mudanças Climáticas Globais - G2C2 – em 2025 Marsíli ficará totalmente submersa, razão pela qual as imigrações continuarão ocorrendo⁷⁹. Sendo assim, carecem de fundamentos as justificativas de que tais informações não serão divulgadas pelo risco de abalo da ordem e da segurança nacional em Clonalia, devendo o Estado ser responsabilizado.

A resolução 1819 da OEA, de 2001, declarou que o gozo efetivo dos direitos humanos, inclusive do direito à educação e dos direitos de reunião e de liberdade de expressão, poderia promover uma melhor proteção ambiental por meio da criação de condições capazes de

⁷⁵ Corte IDH. Caso Massacre do Povo Belo Vs. Colômbia. Sentença de 31 de janeiro de 2006. Série C No. 140, § 219. Corte IDH. Caso Barrios Altos Vs. Peru. Sentença de 14 de março de 2001. Série C No. 75, § 8 e 45. Corte IDH. Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil. Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2010. Série C No. 219, § 201.

⁷⁶ Caso hipotético § 52.

⁷⁷ Corte IDH. Caso Blanco Romero e outros Vs. Venezuela. Sentença de 28 de novembro de 2005. Série C No. 138, §3.

⁷⁸ Caso hipotético § 58.

⁷⁹ Caso hipotético § 25 e 30.

conduzir à modificação dos padrões de conduta que levam à degradação do meio à redução do impacto ambiental da pobreza e de padrões de desenvolvimento insustentável; à disseminação mais efetiva de informações sobre o assunto; e à participação mais ativa, em processos políticos, dos grupos afetados pelo problema⁸⁰.

7. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VIOLOU O ART. 21, INTENS 1 E 2 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.

O art. 21 da CADH trata do direito à propriedade privada. Sendo que no caso em tela, o Estado violou o art. 21.1 e 21.2 da CADH em dois ângulos, em relação à população que se encontra atualmente em Candela e em relação àqueles que estão em Marsili, na esperança de obterem o status de refugiados⁸¹. A terra é um objeto de posse e um meio de produção, contudo, houve uma diminuição de 50% da população de Theodore⁸². Logo, o art. 21.1 da CADH foi violado pelo Estado, ao passo que os habitantes da Comunidade Rural de Candela estão sendo privados de sua posse devido ao dano ambiental causado, principalmente, pela Federação de Clonalia, maior emissora histórica de gases de efeito estufa⁸³.

O art. 13 da CADH possui estreita conexão com o art. 11 do Protocolo de San Salvador, tendo em vista que, segundo provas científicas incontestáveis, as mudanças climáticas foram e são causadas por atividades antropogênicas e a emissão dos gases de efeito estufa é a principal fonte das mudanças climáticas⁸⁴. Fator que permite vislumbrar a violação do direito da propriedade privada.

O Estado desconsiderou o compromisso internacional assumido de reduzir a emissão dos gases de efeito estufa em proporção do Protocolo de Kyoto⁸⁵, bem como a convenção Marco das

⁸⁰Resolução n. 1819, da Assembleia Geral da OEA, AG/RESOLUÇÃO 1819 (XXXI-O/01) - (5 de junho de 2001) reimpresso em Inter-Am. C.H.R., Relatório Anual da Comissão Interamericana sobre Direitos Humanos, cap. II.G., OEA/Ser.L/V/II.114, doc. 5 rev. (16 de Abril de 2002).

⁸¹Caso hipotético § 61.

⁸²Caso hipotético § 24.

⁸³Caso hipotético § 21.

⁸⁴Caso hipotético § 11.

⁸⁵Caso hipotético § 15.

Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas⁸⁶ agindo de maneira antidemocrática, injusta e egocêntrica.

A proteção dos direitos de propriedade da Comunidade Rural de Candela em relação a seus territórios ancestrais é uma questão de particular importância, porque o gozo das terras envolve não apenas a proteção de uma unidade econômica, mas proteção dos direitos humanos de uma coletividade em relação ao desenvolvimento econômico, social e cultural⁸⁷.

O Estado também violou o art. 21.2, vez que não auxiliou as famílias desapropriadas devido ao dano ambiental que tornou impossível a sobrevivência em Candela. Nesse sentido, essa Colenda Corte vem apresentando um conceito amplo de propriedade que abarca, entre outros, o uso e gozo da propriedade (coisas materiais apropriadas), bem como qualquer direito que pode ser parte da herança de uma pessoa, incluindo os itens móveis e imóveis⁸⁸.

O Estatuto dos refugiados (art. 13), também consagra o direito à propriedade móvel e imóvel, dispositivo este, violado pelo Estado haja vista que não reconhece os integrantes das 23 famílias que adentraram seu território como refugiados, logo, não conferem a esses o direito de propriedade. De acordo com a Agência da ONU para Refugiados, a proteção internacional do refugiado abrange mais do que a segurança física. Os refugiados devem usufruir, pelo menos, dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo direitos fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos. De igual modo, os direitos econômicos e sociais que se aplicam aos refugiados são os mesmos que se aplicam a outros indivíduos⁸⁹. Entretanto, uma vez que o Estado não confere aos

⁸⁶Caso hipotético § 13.

⁸⁷ Corte IDH. Caso Comunidade Indígena Yakye Axa Vs. Paraguai. Sentença 17 de junho de 2005. Série C No. 125, § 2 e 121.

⁸⁸Corte IDH. Caso Salvador Chiriboga Vs. Equador. Sentença de 6 de maio de 2008. Série C No. 179, § 55. Corte IDH Caso Ivcher Bronstein Vs. Peru. Sentença de 6 de fevereiro de 2001. Série C No. 74, § 124. Corte IDH Caso Chaparro Álvarez e Lapo Íñiguez Vs. Equador. Sentença de 21 de novembro de 2007. Série C No. 170, § 154. Corte IDH. Caso Acevedo Buendía e outros (“Cesantes y Jubilados de la Contraloría”) Vs. Perú. Sentença de 1 de julho de 2009 Série C No. 198. Corte IDH Caso “Cinco Pensionistas” Vs. Peru Sentença de 28 de fevereiro de 2003, § 102.

⁸⁹Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) – perguntas e respostas. Disponível em <<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em 21/01/2015.

refugiados tal *status*, priva e viola o art. 21.1 da CADH, já que os integrantes das 23 famílias do direito de propriedade, isto é, gozar e dispor do bem que lhes pertencem⁹⁰.

8. A FEDERAÇÃO DE CLONALIA VIOLOU O ART. 22 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH.

Clonalia violou o direito de circulação e residência dos integrantes das 23 famílias que se encontravam na Federação da Clonalia, vez que, quando emitiu o mandato de prisão dessas e aproximadamente metade delas foram capturadas e o restante fugiu, o direito de circulação e residência foi desrespeitado⁹¹.

Negando a concessão do *status* de refugiados, de plano, o Estado nega o direito de residência e circulação. A ACNUR defende que os refugiados devem usufruir, pelo menos, dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo direitos fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos⁹². Nesse sentido, essa Egrégia Corte, bem como a ONU entendem que o direito de livre circulação e residência é o direito de escolher o seu lugar de residência⁹³. Ainda, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 12), garante, o direito que todos os estrangeiros que se encontrem em legalmente em um Estado, possuem neste território, a faculdade de livremente circular e residir. O Estado violou o art. 22.9 da CADH, pois a expulsão/deportação deve ser de caráter individual, de maneira que seja possível avaliar as características pessoais de cada sujeito para que não haja discriminação quanto à nacionalidade dessas pessoas⁹⁴. Contudo, o Estado se

⁹⁰ Idem nota 81.

⁹¹ Caso hipotético § 53.

⁹² Idem nota 89.

⁹³ Corte IDH. Caso Massacre de Mapiripán vs. Colômbia. Sentença de 15 de Setembro de 2005. CDHNU, Comentário Geral No. 27.

⁹⁴ Corte IDH. Caso Família Pacheco Tineo Vs. Bolívia. Sentença de 25 de novembro de 2013. Série C No. 272, § 134. Corte IDH. Caso Nadege Dorzema e outros Vs. República Dominicana. Sentença de 24 de outubro de 2012 Série C No. 251, §161 e 175. A Comissão de Direitos Humanos considerou que não pode extraditar, deportar, expulsar ou remover de forma alguma para uma pessoa do território de um Estado se houver motivos razoáveis para crer que o risco de dano irreparável para os seus direitos, e sem levar em consideração os argumentos da pessoa sobre o risco. Caso Jonny Rubin Byahuranga Vs. Dinamarca, CCPR / C / 82 / D / 1222/2003, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, em setembro de 82 ° sessão de 18 outubro - 5 novembro de 2004, §11.3. Caso Jama Warsame Vs. Canadá, CCPR / C / 102 / D / 1959/2010, o Comitê da ONU de Direitos Humanos, sessão 102

mostrou despreocupado com análise de tais características pessoais, revelando a discriminação quanto à nacionalidade dos integrantes dessas 23 famílias, ao passo que o Estado nem mesmo aceitou a solicitação para decidir sobre a situação de refugiados das 23 famílias⁹⁵.

O art. 33 do Estatuto dos Refugiados proíbe a expulsão dos refugiados para territórios onde sua vida seja ameaçada, por imperativo, deportar os imigrantes para República do Mali põe em risco a vida dessas famílias, já que, a vista a informação de que em 2025 a ilha estará submersa⁹⁶. Nessa vertente, o Estado também viola o art. 22.8 da CADH, que trata quando o estrangeiro alega um risco em voltar ao seu país de origem, o Estado deve ao menos entrevistar essas pessoas, a fim de examinar se de fato existe risco⁹⁷, o que não foi realizado por Clonalia. Embora o Estatuto dos Refugiados (art. 31) disponha que os Estados-Membros não aplicarão sanções penais em virtude da entrada/permanência no país de maneiras irregulares desde que os estrangeiros se apresentem sem demora às autoridades e lhes exponham as razões aceitáveis para a entrada/permanência sem autorização, a Federação da Clonalia aplicou a pena de detenção às 23 famílias, sendo a pena privativa de liberdade uma das maiores sanções penais, descumprindo o tratado internacional e privando tais famílias de circular e residir em Clonalia⁹⁸. As famílias se apresentaram sem demora às autoridades locais, em menos de seis meses⁹⁹ (prazo razoável), utilizando por analogia o prazo do art. 46, §1, B da CADH, que dispõe acerca do prazo para apresentar uma petição na CIDH.

O principal apelo da ACNUR é que os países admitam os refugiados por questões humanitárias, a Assembleia Geral da ONU, considerando a resolução 319 de 1949, aprovou o Estatuto da ACNUR. Ainda o art. 22.7 garante o direito a toda pessoa de buscar e receber asilo em território

11-29 julho de 2011, §8.3. Corte Europeia de Direitos Humanos, Caso Gebremedhin [GABERAMADHIEN] v. França, aplicação 25389/05, §65. Corte Europeia de Direitos Humanos, Caso Hirsi Jamaa e outros Vs. Itália, aplicação 27765/09.

⁹⁵ Caso hipotético § 53.

⁹⁶ Caso hipotético § 30.

⁹⁷ Idem nota 94.

⁹⁸ Caso hipotético, § 53.

⁹⁹ Caso hipotético, § 47 e 48.

estrangeiro, contudo, a Clonalia de maneira infundada declarou não ter obrigação de conceder asilo nem o status de refugiados por questões ambientais¹⁰⁰, desconsiderando suas obrigações perante a comunidade internacional. Conquanto tal declaração do Estado, a legislação nacional, especificamente a lei de imigração em seu art. 4 dispõe que “(...) nenhuma pessoa em situação de refugiado ou procurando asilo, cuja solicitação esteja pendente de uma decisão final, pode ter de voltar ao seu país de origem (...)”¹⁰¹, mas a Federação da Clonalia sequer avaliou a situação das 23 famílias¹⁰² e de plano aplicou sanção penal de detenção para o grupo. Ademais, o Estado não se atentou-se ao princípio da não devolução e seus requisitos¹⁰³, pedra angular da proteção internacional aos refugiados e asilados ou solicitantes de tais status, que por si só já se faz suficiente para proteger as 23 famílias refugiadas.

9. A FEDERAÇÃO DE CLONÁLIA VIOLOU O ART. 26 CONJUNTAMENTE COM OS ARTIGOS 1.1 E 2 DA CADH E O ART. 11 DO PROTOCOLO ADICIONAL DE SAN SALVADOR.

9.1 Da Violação Do Desenvolvimento Progressivo.

Sobre esta temática, o artigo 2º da CADH diz:

Os Estados-partes comprometem-se a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura [...].

Além do fato da Clonalia não cooperar com Marsili¹⁰⁴, a população marsiliana não consegue exercer seus direitos, já que a falta de investimentos na agricultura e na pesca¹⁰⁵, afeta a vida e a

¹⁰⁰ Caso hipotético, § 67.

¹⁰¹ Caso hipotético, § 51.

¹⁰² Caso hipotético, § 52

¹⁰³ Caso hipotético, § 53.

¹⁰⁴ Caso hipotético §28.

¹⁰⁵ Caso hipotético §7.

integridade pessoal, acarretando em extrema pobreza¹⁰⁶, além de serem importados 60% dos alimentos consumidos no país¹⁰⁷. Tanto que, a Corte Europeia alerta: “*O Tribunal está consciente de que a realização progressiva dos direitos sociais e econômicos depende da situação de cada Estado, e, especialmente, a sua situação económica[...]*”¹⁰⁸, e a Corte IDH lapida:

A este respeito, o Tribunal considera pertinente recordar a interdependência entre direitos econômicos e culturais, civis, políticos e sociais, como eles devem ser totalmente compreendidos como os direitos humanos, sem hierarquia entre si e aplicáveis em todos os casos que as autoridades com competência possam fazê-lo¹⁰⁹.

Portanto, Clonalia nega cooperar com a República do Marsili, além de não conceder o status de refugiados¹¹⁰ e requerer visto¹¹¹ aos seus habitantes, agindo desse modo, com discriminação.

9.2 Da violação a um Meio Ambiente Sadio.

A Corte IDH tem competência para julgar casos que envolvam o Direito Ambiental, já que o direito ambiental é considerado direito humano pelo posicionamento doutrinário:

A proteção ambiental, abrangendo a preservação da natureza em todos os seus aspectos relativos à vida humana, tem por finalidade tutelar o meio ambiente em decorrência do direito à vida, em todos os seus desdobramentos, sendo considerada uma das vertentes dos direitos humanos fundamentais da pessoa humana¹¹².

O Estado violou o art.11 do Pacto San Salvador, na medida em que elevou as emissões dos GHGs¹¹³, além do MEC (Ministério do Meio Ambiente de Clonalia) declarar-se incompetente para regular as emissões dos gases retro¹¹⁴. Tem-se que essa justificativa não é válida, pois

¹⁰⁶ Idem nota 105.

¹⁰⁷ Caso hipotético §23.

¹⁰⁸ Tradução livre. CEDH, Caso Airey Vs. Irlanda, Julgamento 9 de outubro de 1979, Série A, no. 32, §§. 26.

¹⁰⁹ Corte IDH. Caso Acevedo Buendía e outros ("Cesantes y Jubilados de la Contraloría") Vs. Perú. Exceção Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de Julio de 2009. Série C No. 198, § 101.

¹¹⁰ Caso hipotético §52.

¹¹¹ Caso hipotético §25.

¹¹² MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. Ed. 2, atual e ampla. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2007.

¹¹³ Análise dos dados constados no §21 do caso hipotético.

¹¹⁴ Citação de parte do parágrafo 36 do caso hipotético.

está claro que a população do Marsili sofre graves problemas que colocam em risco não apenas a saúde, mas a vida de seus habitantes¹¹⁵.

10. DOS PEDIDOS

Feitas as considerações de fato e direito, os representantes das vítimas vem, respeitosamente, solicitar a esta honorável Corte Interamericana de Direitos Humanos:

a) A declaração da responsabilidade internacional da República da Clonalia por violações de direitos humanos contidos na CADH em relação a população da República do Marsili, especialmente dos artigos 4; 5; 7; 8; 13; 21; 22; 25; 26, todos em conformidade com o artigo 1.1 e 2; b) A declaração da responsabilidade internacional da República de Tamoio pela violação do artigo 11 do Pacto de San Salvador; c) Que a República da Clonalia, juntamente com o governo de Marsili, tome as medidas necessárias para possibilitar uma localidade permanente para os habitantes deslocados de Marsili; d) Que Clonalia conceda status de refugiado a todos os imigrantes de Marsili, e conceda uma vida digna, assim como todos os direitos que lhe cabem. e) Que seja arquivado o processo de deportação das 23 famílias que foram para Clonalia, assim como a liberação dos que estão detidos. f) Que o Estado publique no Diário Oficial e em outro periódico de ampla circulação nacional, a sentença ditada pela Corte dentro do prazo de seis meses a partir da notificação da mesma; g) Que o Estado reconheça, em ato público com a presença das mais altas autoridades, a responsabilidade internacional do Estado, para que sirva de exemplo e garantia de não repetição; h) Que o Estado arque com as custas processuais referentes ao procedimento interno, assim como perante essa Corte IDH.

¹¹⁵ Caso hipotético §55.